

A questão da opressão para Angela Davis

Oppression topic for Angela Davis

Maria Cristina Longo Cardoso Dias

Docente do departamento de filosofia da UFRN

Resumo: Este texto propõe-se a trabalhar, principalmente, os livros: 1) *Mulheres, Raça e Classe*, 2) *Mulheres, Cultura e Política* e 3) *A Liberdade é uma Luta Constante* de Angela Davis. Este artigo procura mostrar como, para a autora, as opressões sexistas, racistas e de classe estão inter-relacionadas e são constantemente reproduzidas, no modo de produção capitalista, embora a realidade apareça de forma fragmentada. Tendo em vista que as opressões estão intrinsecamente relacionadas, entende-se que as lutas e resistências precisam erguer-se de forma conjunta para, de fato, fazer frente ao conjunto das injustiças. Lutas não potentes ocorrem quando um grupo oprimido tenta deixar de ser oprimido juntando-se ao grupo opressor, por outro lado, lutas potentes ocorrem quando oprimidos e oprimidas de diversas causas unem-se e apoiam-se mutuamente no conjunto dos movimentos contra-hegemônicos.

Palavras-chave: Angela Davis, opressão, feminismo, racismo, capitalismo.

Abstract: In this text, it is intended to work, mainly, the following books: 1) *Women, Race and Class*, 2) *Women, Culture and Politics* and 3) *Freedom is a Constant Struggle* from Angela Davis. This pa-

per aims to show how, for the author, sexist oppressions, racist oppressions and class oppressions are related and constantly reproduced, in capitalist mode of production, although reality seems to be fragmented. Considering oppressions are intrinsically related, it is understood that struggles and resistances need to stand together against the set of injustices. Unpowerful struggles occur when an oppressed group tries to stop being oppressed by joining the oppressive group, on the other hand, potent struggles occur when oppressed people of various causes unite and support each other in the whole of counter-hegemonic movements.

Keywords: Angela Davis, oppression, feminism, racism, capitalism.

Angela Davis descreve, a partir de inúmeras fontes, que o modo de produção capitalista é mestre em beneficiar-se de clivagens operadas dentro de um povo. Com a construção do mito da feminilidade das mulheres brancas, que nunca impediu para as mulheres negras, paga-se menos às mulheres e as explora mais, tendo em vista que para além de mão-de-obra no mercado de trabalho acabam por serem mães e donas de casa (sem valorização ou remuneração). Com o racismo aplicado aos homens negros, paga-se menos a estes trabalhadores, cria-se o mito do negro estuprador que é aproveitado para que sejam encarcerados e escravizados nas prisões norte-americanas. Junto da mulher negra cola-se a baixa remuneração, o trabalho pesado doméstico, agrícola e depois industrial, impõe-se o rótulo de mulher promíscua utilizado para abuso sexual de seus corpos. Angela Davis mostra com maestria como todas as formas de opressão são escalonadas pelo modo de produção capitalista em diferentes remunerações e opressões e como estas diversas formas de opressão podem tanto dividir as trabalhadoras e trabalhadores gerando lutas não potentes, como podem construir um elo entre todas e todos que a sofrem para que lutem conjuntamente pelo seu fim.

Seguindo o livro *Mulheres, raça e classe*, Angela Davis mostra inicialmente que, durante a escravidão, as mulheres negras trabalhavam a mesma quantidade que os homens, porém

sofriam castigos ainda piores, tendo em vista que suas punições, para além dos castigos aplicados aos homens, envolviam toda sorte de abusos sexuais, além da obrigação de serem reprodutoras dos escravos. De acordo com Davis (2016, p.21): “Em um dos relatos mais populares do período, Moses Grandy descreve a difícil situação das escravas que eram mães”:

Na fazenda a que me refiro, as mulheres que tinham bebês em fase de amamentação sofriam muito quando suas mamas enchiam de leite, enquanto as crianças ficavam em casa. Por isso, elas não conseguiam acompanhar o ritmo dos outros: vi o feitor espancá-las com chicote de couro cru até que sangue e leite escorressem, misturados, de suas mamas (Grandy apud Davis, 2016, p.21)

A descrição da autora, sobre as condições de trabalho das mulheres negras, faz cair por terra qualquer afirmação de que as mulheres são menos produtivas ou menos capazes ao trabalho⁵⁰ e por isso deveriam ganhar menos que os homens. Paralelamente ao árduo trabalho das mulheres negras escravas, construía-se o mito da feminilidade da mulher branca, tendo em vista que a grande indústria substituía muitos de seus trabalhos, produzindo produtos que antes eram produzidos por mulheres em casa⁵¹. Constrói-se, assim, o mito da feminilidade

⁵⁰ Davis, 2016, p.21: “A maioria dos proprietários utilizava um sistema de cálculo do rendimento do trabalho escravo com base nas taxas médias de produtividade exigida. As crianças, assim, eram frequentemente consideradas um quarto de força de trabalho. Em geral, as mulheres eram uma força de trabalho completa – a menos que tivessem sido expressamente designadas para as funções de “reprodutoras” ou “amas de leite”, casos em que às vezes sua força de trabalho era classificada como incompleta”.

⁵¹ Davis, 2016, pp. 24-25: “Quando as tentativas pré-Guerra Civil de estabelecer o sistema fabril nos Estados Unidos deram espaço a uma aposta agressiva na industrialização, a experiência de realizar um trabalho produtivo foi roubada de muitas mulheres brancas. As fábricas têxteis tornaram obsoletas suas máquinas de fiar. A parafernália que usavam para fazer velas se tornou acervo de museu, assim como várias outras ferramentas que as ajudavam a produzir os artigos necessários à sobrevivência de sua família. À medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona

das mulheres brancas, como forma de não emancipá-las. Dentro deste mito, a mulher seria frágil, pouco capaz ao trabalho, tornando-se presa fácil ao domínio patriarcal ainda maior.

Como forma de dominar o homem negro escravo, dentre as várias técnicas de tortura estava o estupro de suas companheiras.

Homens negros e mulheres negras tomaram parte na luta pela abolição da escravidão, como um de seus líderes Frederick Douglass. Muitas mulheres brancas identificaram-se com a causa permitindo que crianças negras adentrassem as escolas para adquirir educação formal, conforme afirma Davis (2016, p.47):

Prudence Crandall foi uma professora que desafiou a população branca de Canterbury, Connecticut ao aceitar uma menina negra em sua escola. Sua postura íntegra e inflexível durante toda a polêmica simbolizou a possibilidade de firmar uma poderosa aliança entre a já estabelecida luta pela libertação negra e a embrionária batalha pelos direitos das mulheres.

As represálias racistas eram sempre muito intensas, como, por exemplo, queimar escolas de professoras que tomavam tal iniciativa. Durante o movimento abolicionista, mulheres brancas casadas de classe média e mulheres brancas trabalhadoras, apesar de sofrerem, claramente, um tipo de opressão menos intenso que as mulheres negras escravas, frequentemente, descreviam-se, figurativamente, como escravas⁵². Inúmeras mulheres brancas engajaram-se no movimento abolicionista, pois além de identificarem-se com a causa, viam no movimento a oportunidade de terem voz no espaço público. Davis mostra como a união das mulheres brancas à causa abolicionista constituiu uma luta potente contra a opressão.

de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente (...).”

⁵² Davis, 2016, p.46: “Entre as mulheres trabalhadoras e aquelas que vinham de prósperas famílias de classe média, as primeiras certamente tinham motivos mais legítimos para se comparar às escravas. Embora fossem nominalmente livres, elas eram tão exploradas em suas condições de trabalho e em seus baixos salários que a associação com a escravidão era automática. Ainda assim, eram as mulheres com recursos financeiros que evocavam essa analogia de modo mais literal em seus esforços para expressar a natureza opressiva do casamento”.

Após a abolição da escravidão norte-americana, em 1863, a autora ressalta que a luta pela emancipação do povo negro estava apenas no início. A abolição aconteceu, mas homens negros e mulheres negras continuavam trabalhando extenuantes jornadas no campo e, no que diz respeito às mulheres negras, constituíam a principal força de trabalho doméstica, sempre sujeitas a abusos sexuais por homens brancos.

Além dos extenuantes trabalhos que se perpetuaram pós-escravidão, o racismo assumia o formato de segregação nos Estados Unidos, especialmente nos estados do sul. Mulheres negras e homens negros foram proibidos de frequentar escolas por certo período, além de todos os locais possuírem leis expressas de separação entre negros e brancos, amparadas pelas leis de Jim Crow (1876-1965), promulgadas nos estados do sul.

A violência imprimida aos homens negros e mulheres negras assumia tons ainda mais dramáticos com linchamentos constantes de pessoas negras. Aos homens negros imprimiu-se o mito do estupro e às negras o mito da mulher sensualizada a ser abusada. Enquanto o racismo assumia contornos terríveis nos Estados Unidos, o movimento sufragista liderado por Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony interpretavam⁵³ que com a abolição da escravidão homens negros e mulheres negras passariam a ter a mesma situação política e social das mulheres brancas, ignorando a precariedade da situação do povo negro.

O movimento sufragista liderado pelas referidas mulheres passou, então, a assumir um discurso cada vez mais racista, argumentando em diversas ocasiões que elas deveriam ter prioridade no voto em relação ao povo negro. Na virada do século, o movimento sufragista liderado por mulheres brancas adotou o ápice do discurso racista, a fim de que os homens brancos lhes concedessem o direito ao voto. Estes discursos incluíam a maior instrução das mulheres brancas em relação às mulheres negras e homens negros, bem como o fato de que elas seriam as mães que geram os brancos; os discursos, portanto, assumiram um tom de supremacia branca com a intenção de capturar a atenção dos homens brancos e mulheres brancas. O discurso

⁵³ Davis, 2016, p85

de Elizabeth Cady Stanton no livro *History of Woman Suffrage* citado por Davis demonstra as atitudes racistas adotadas pelas sufragistas brancas:

Agora, coloquem esse grande exército de mulheres refinadas e cultas de um lado; do outro, a crescente massa de africanos emancipados e, à frente dela, o numeroso bando de imigrantes da Ilha Esmeralda [Irlanda]. Há força suficiente em nosso governo para tornar segura a concessão do direito de voto a africanos e irlandeses? Há. Nós lhe daremos essa força. Se fizermos isso, perderemos nossa força? E deveríamos nos dirigir à melhor e mais honrada parcela de nossa sociedade, a quem devemos o fato de sermos civilizados; nossas professoras; nossas companheiras; a quem recorreremos, mais do que a quaisquer outras pessoas, em busca de conselhos para os problemas; a quem confiamos tudo o que nos é mais caro – o bem-estar de nossas crianças, nossa família, nossa propriedade, nosso nome e nossa reputação e, o que é mais profundo, nossa vida interior, algo que um homem não pode compartilhar com mais de uma pessoa –, deveríamos nos dirigir a elas e dizer que, “afinal de contas, elas não estão aptas a votar onde os irlandeses votam e onde os africanos votam”? [...] Eu digo [...] *é mais importante as mulheres poderem votar do que os negros poderem votar.* (Stanton Apud Davis, 2016, pp.80-81).

Enquanto homens negros e mulheres negras sofriam a mais cruel segregação, prisões injustas e linchamentos, as sufragistas brancas para além de os abandonarem à própria sorte assumiam um discurso abertamente racista pró-supremacia branca. Angela Davis mostra como este tipo de luta que busca resolver um tipo de opressão (a da mulher branca), ancorando-se em um discurso opressor (contra mulheres negras, homens negros e imigrantes), é um tipo de luta não potente, não eficaz, que apenas serve aos interesses dos opressores.

A elite masculina branca capitalista beneficia-se, inteiramente, de divisões entre aqueles e aquelas que são oprimidas. Mulheres negras e homens negros realizam trabalhos pesados, mal pagos e extenuantes. Nos Estados Unidos, os trabalhos realizados por mulheres negras e homens negros foram trabalhos no campo, além de trabalho doméstico com relação às mulheres negras e, por fim, sua inserção na indústria. Para além de toda segregação instituída com as leis de Jim Crow, os linchamentos e encarceramentos do povo negro, tem-se o escalonamento de remunerações feito pelo capital. Para que se tenha uma ideia, hoje, nos Estados Unidos, as mulheres negras

ganham 39% menos do que homens brancos exercendo as mesmas funções⁵⁴ e 21% menos que as mulheres brancas, realizando as mesmas atividades.

As lutas e divisões dentro da classe trabalhadora, entre brancos e negros, homens e mulheres são altamente lucrativas para o capital, tendo em vista que a luta da classe trabalhadora se enfraquece quando brancos trabalhadores lutam contra negros trabalhadores, bem como o capital realiza o escalonamento de salários, possibilitando que se pague menos aos mais discriminados. De acordo com Davis (2016, p.129): “Claro, essa luta entre a classe trabalhadora branca e negra não era inevitável. Entretanto, apologistas da nova classe de capitalistas monopolistas estavam determinados a provocar essa divisão racista”.

Em outras palavras, a personificação do capitalismo que são os capitalistas lucra com o racismo e o sexismo. Racismo e sexismo tornam-se estruturantes do modo de produção capitalista, tendo em vista o lucro, conforme se verá adiante.

As sufragistas brancas insistiam com as trabalhadoras fabris, majoritariamente brancas, que elas só seriam livres se tivessem direito ao voto. Estas trabalhadoras estavam preocupadas com questões mais imediatas como menores jornadas, melhores condições de trabalho e melhores salários. O sufrágio feminino parecia a elas, inicialmente, uma pauta abstrata.

Como ressalta Davis, Anthony, uma das líderes do movimento sufragista branco, “não conseguiu perceber que tanto as mulheres da classe trabalhadora quanto as mulheres negras estavam fundamentalmente unidas a seus companheiros pela exploração de classe e pela opressão racista, que não faziam discriminação de sexo. Embora o comportamento sexista de seus companheiros precisasse, sem dúvida ser contestado, – o inimigo comum – era o patrão, o capitalista ou quem quer que fosse responsável pelos salários miseráveis, pelas insuportáveis condições de trabalho e pela discriminação racista e sexista no trabalho” (Davis, 2016, p. 147-148).

⁵⁴ <https://leanin.org/data-about-the-gender-pay-gap-for-black-women#endnote1>

As trabalhadoras só passaram a reivindicar o direito ao voto quando perceberam particular relevância no voto como instrumento da luta de classes, para exigir melhores salários e melhores condições de trabalho.

Em 1852, nasce a liga proletária nos Estados Unidos, composta, principalmente, por homens. Quando o partido socialista foi criado em 1900, sua composição começa a mudar. O partido rapidamente adotou a batalha pela igualdade das mulheres. Por volta de 1920 o partido, para além da luta de classes e pela igualdade das mulheres, reconhece: “a centralidade do racismo na sociedade dos Estados Unidos. Desenvolveram uma séria teoria sobre a libertação negra e produziram um histórico consistente de ativismo na ampla luta contra o racismo” (Davis, 2016, p. 157). No movimento do partido comunista norte-americano contra a opressão de classe, gênero e raça, com inúmeras representantes mulheres como Claudia Jones, Angela Davis ressalta, novamente, a potência desta luta contra amplas formas de opressão.

De acordo com Angela Davis, Claudia Jones era:

(...) profundamente comunista – uma comunista dedicada, que acreditava que o socialismo guardava a única esperança de libertação para as mulheres negras, para o povo negro como um todo e, na verdade, para a classe trabalhadora multirracial. Por isso, sua crítica era motivada por um desejo construtivo de encorajar suas colegas e camaradas brancas a se livrarem das próprias atitudes racistas e sexistas.

No exemplo de Claudia Jones, membro do partido comunista, Angela Davis descreve o tipo de luta efetivamente produtiva, a saber: o tipo de movimento que abrange todos os oprimidos, homens negros e mulheres negras, trabalhadores e trabalhadoras exploradas pelo capital, bem como mulheres oprimidas pelo sexismo. Em outras palavras, Angela Davis deixa claro em seu livro *Mulheres, raça e classe* que as lutas potentes são aquelas que unem os oprimidos e oprimidas em uma luta conjunta por sua libertação, contra o opressor.

No livro traduzido pela Boitempo com título *A liberdade é uma luta constante* consta uma série de falas, entrevistas e palestras feitas por Angela Davis. Neste livro, torna-se evidente como opressões interligam-se e são retroalimentadas em prol dos lucros capitalistas. Resta claro, também, para a autora, que

a união internacional contra opressões internacionais, que nitidamente estão relacionadas, se faz necessário.

O primeiro capítulo do livro consiste em uma entrevista concedida a Frank Barat, em 2014, em que a autora ressalta que o modo de produção capitalista tende a nos fazer perceber a realidade como individual e privada, quando, na verdade, estamos todas e todos inevitavelmente inter-relacionados, de modo que todos os problemas que atingem nossas vidas são fruto de certos tipos de relações sociais e, da mesma maneira, as lutas que solucionam tais problemas devem ser coletivas.

Esta percepção fragmentada, individual e privada das nossas vidas aparece, desta forma, para nós, pelo próprio caráter que o trabalho assume no modo de produção capitalista, a saber: um trabalho produtor de mercadorias que por suas próprias feições estão destinadas a serem trocadas no mercado, de acordo com o interesse exclusivo do produtor em seu valor⁵⁵. Segundo Marx (2013, p. 148):

Os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros. O conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total. Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados aparecem apenas no âmbito dessa troca. Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas.

Ao longo de *O Capital* e outras obras, Marx mostra como todos e todas estão produzindo em relação, no âmbito

⁵⁵ É interessante notar, como Marx fez nos Grundrisse, que na forma mercadoria o valor de uso assume uma forma que não é a sua, qual seja: o valor. A mercadoria possui um duplo aspecto: o valor de uso que é a sua utilidade, sua qualidade útil e o valor que é a expressão do tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. A forma autonomizada do valor é expressa pelo dinheiro e o produtor, quando produz, produz para o mercado, pois visa ao valor da mercadoria, sua transformação em dinheiro.

do trabalho, e como a cada novo ciclo de produção do capital estas relações específicas do modo de produção capitalista são reproduzidas. Entretanto, a sociedade produtora de mercadorias não aparece como relações sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas, como coisificação de pessoas e personificação de coisas, tudo isto como fruto dos próprios trabalhos privados que produzem mercadorias. Marx denomina este fenômeno inerente ao modo de produção capitalista como fetichismo da mercadoria.

Em outros termos, a sociedade produtora de mercadorias, resultante da aparência de não conexão entre os trabalhos privados, gera uma percepção social de que elementos sociais da realidade estão todos fragmentados, quando estão totalmente ligados. Isto inclui as opressões à subjetividade humana que parecem ser fruto de algo exterior e acima da realidade social. Angela Davis faz um enorme esforço em seus livros, para mostrar como as opressões estão interconectadas neste todo relacional que é o modo de produção capitalista. Devemos entender o modo de produção capitalista como o que ele é, a saber: um certo tipo de relação produtora de opressões e não apenas um conjunto de leis econômicas.

Para Marx, O Capital é uma relação⁵⁶, uma relação em que um lado (o dos capitalistas) extrai mais-valor e o outro (o dos trabalhadores) é explorado, produzindo sempre um excedente que é tomado dele pelo capitalista, quando se trata da produção de trabalho produtivo. Contudo, mesmo quando se trata do trabalho improdutivo ou que não está diretamente ligado à extração de mais-valor, podemos verificar que há opressão e se fizermos uma análise mais concreta da sociedade, veremos que há diversas formas de opressão interligadas, porque estas opressões estão relacionadas à forma como o capitalismo se reproduz a cada novo ciclo e como ele se aproveita de opres-

⁵⁶ MARX, 2013, p.836: “Inicialmente, Wakfield descobriu nas colônias que a propriedade de dinheiro, meios de subsistência, máquinas e outros meios de produção não confere a ninguém a condição de capitalista se lhe falta o complemento: o trabalhador assalariado, o outro homem, forçado a vender a si mesmo voluntariamente. Ele descobriu que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas”.

sões anteriores a este modo de produção, como a opressão de gênero, remodelando-as. Nunca houve modo de produção capitalista sem opressão de gênero e parece que a opressão de gênero não deixará de existir enquanto houver modo de produção capitalista, embora sejam possíveis avanços a partir de lutas, assim como são possíveis avanços da situação da classe trabalhadora por meio da luta de classes, conforme afirma Cinzia Arruzza, (2015, p.50).

Vamos começar com um fato: uma formação social capitalista desprovida de opressão de gênero (em suas áreas formas) jamais existiu. Aquele capitalismo limitado ao uso de desigualdades pré-existentes permanece datado: imperialismo e colonialismo contribuíram para a introdução das hierarquias de gênero nas sociedades onde não existiam antes, ou existiam de forma muito mais nuançada. O processo de acumulação capitalista foi acompanhado pela igualmente importante expropriação das mulheres de diferentes formas de propriedade das quais tiveram acesso, e profissões de que foram capazes de ter durante a alta Idade Média; a alternância dos processos de feminização e desfeminização do trabalho contribuíram para reconfiguração contínua das relações familiares, criando novas formas de opressão baseadas no gênero. O advento da reificação da identidade de gênero, que começa no fim do século XIX, contribuiu para o reforço de uma matriz heteronormativa que teve consequências opressivas para as mulheres, mas não apenas para elas. Outros exemplos podem ser citados. Afirmar que mulheres obtiveram liberdades formais e direitos políticos apenas no capitalismo, que até então eram inimagináveis porque esse sistema criou condições sociais que tornaram esse processo de emancipação possível, é um argumento de validade questionável. De fato, se poderia dizer a mesma exata coisa para a classe trabalhadora como um todo: é apenas no capitalismo que as condições foram criadas de modo a permitir a emancipação política dos estratos subalternos e que essa classe se tornou o sujeito capaz de obter vitórias democráticas importantes. E daí? Isso demonstraria que o capitalismo prescinde da exploração da classe trabalhadora? Acho que não.

Ou seja, em um grau de concretude maior de análise do capital, pode-se perceber que opressões ligam-se todas umas às outras, dentro deste complexo social que é o capital entendido como relação. A opressão de gênero toma uma outra forma no modo de produção capitalista e parece tornar-se parte de sua constituição. Sua produção e reprodução recriam estas opressões, constantemente, conforme ressalta Cinzia Arruzza, (2015, p.57).

(...) *ser capaz de interpretar as relações de poder baseadas no gênero ou orientação sexual como momentos concretos daquela totalidade articulada, complexa e contraditória que é o capitalismo contemporâneo.* Deste ponto de vista, estes momentos concretos certamente possuem suas próprias características específicas e devem ser analisadas com ferramentas teóricas adequadas e específicas (da psicanálise à teoria literária...), mas eles também mantêm uma relação interna com esta totalidade maior e com o processo de reprodução societal que prossegue de acordo com a lógica da acumulação capitalista.

Fazer um paralelo maior com a obra de Marx exigiria a escrita de outro artigo, mas vale notar que a maneira como Marx entende o modo de produção capitalista é dialética. Os elementos sociais encontram-se em relação e em oposição, o que nos faz pensar que é evidente que as opressões, no modo de produção capitalista, estão relacionadas, conforme afirma Dias (2019, p. 107): “Marx assume que o próprio objeto analisado, a saber: o modo de produção capitalista é dialético, contraditório, com oposições, mediações e relações que põem o próprio movimento do real social”.

Angela Davis também ressalta que o racismo e o sexismo estão indiscutivelmente ligados à opressão capitalista, clasista. Isto não significa dizer que não existia racismo e sexismo antes do modo de produção capitalista, mas apenas significa ressaltar que a realidade é um todo e que todas estas opressões estão relacionadas. Este todo não é apenas um todo espacial, mas também temporal.

Estas relações do todo social podem ser vistas na luta contra o sistema prisional norte-americano ou pelo abolicionismo⁵⁷ das cadeias dos Estados Unidos como uma continuação da luta pelos direitos civis da década de 50 e 60 que por sua vez é uma continuação da luta pela abolição da escravidão. Em ou-

⁵⁷ Shaw, 2009, p.103: Davis picks up this argument in *Are prisons obsolete?* by drawing a parallel between the convict lease system and modern day privatization (Davis, 2003, p. 37). Much of her work on prisons, in fact, deals with the disturbing amount of profit that is being made from the prison industry and the disturbing relationship between this aspect of government and economy. Davis (1998, p. 2) wrote in the newsmagazine *Colorlines*, ‘as prisons proliferate in US society, private capital has become enmeshed in the punishment industry. And precisely because of their profit potential, prisons are becoming increasingly important to the U.S. economy.’

tros termos, a luta pela abolição da escravidão conecta-se com as lutas contra o racismo e contra o decorrente encarceramento da população negra nos EUA e sua utilização como mão-de-obra similar à escravidão. Este constitui um exemplo de conexão temporal das lutas.

Do ponto de vista espacial, Angela Davis mostra como lutas relacionadas à libertação do povo palestino, podem ligar-se às lutas contra o racismo nos Estados Unidos e às lutas contra a opressão à imigração. Segundo a autora, a empresa de segurança G4S, norte-americana, está envolvida na construção do muro que separa os Estados Unidos do México, bem como construiu o muro que separa Israel do território árabe. Além disso, é responsável pela construção e monitoramento de presídios nos EUA, pelo encarceramento político da população palestina, pelos aprisionamentos de pessoas na África do Sul (é a maior empregadora corporativa do continente africano), é responsável pela construção de escolas semelhantes a prisões nos EUA e também está envolvida em mortes de imigrantes sem documentação. De acordo com Davis, este é um exemplo de empresa que está enraizada na estrutura de opressão ao povo palestino, negro da África do Sul e dos EUA, bem como está ligada à opressão aos imigrantes⁵⁸. Esta empresa é a personificação de como as opressões ligam-se espacialmente pelo mundo e de como as lutas deveriam conectar-se da mesma forma. De acordo com a autora: “(...) parece que essa corporação compreendeu a conexão de uma forma que deveríamos ter compreendido há muito tempo” (Davis, 2018, p.130).

Entender o real como uma totalidade inter-relacionada parece ser a melhor compreensão que se pode ter da vida social, embora o modo como está estruturada a sociedade leve-nos, constantemente, a perceber a realidade como fragmentada e individual, devido à própria forma de vida que o capital nos impõem, como produtores privados e atomizados.

Apesar desta aparência, todos e todas estão produzindo coletivamente e em relação, como bem mostrou Marx e como explica Davis.

⁵⁸ Davis, 2018, pp.60-61.

As opressões estão inter-relacionadas e precisam ser compreendidas desta forma, para que lutas potentes se formem. Em outros termos, a discriminação racial, por exemplo, é anterior ao modo de produção capitalista, mas é completamente apropriada e torna-se estruturante do modo de produção capitalista, no sentido de que este modo de produção aproveita-se desta forma de opressão para lucrar, seja pagando menores salários aos homens negros e mulheres negras, seja atraindo-os para a guerra (guerras imperialistas que não são suas), seja lucrando com o sistema penitenciário que encarcera, principalmente, homens negros e mulheres negras, seja fragmentando a classe trabalhadora e suas lutas, a partir do mito da supremacia branca.

Em seu livro *A Liberdade é uma Luta Constante*, Davis traz dados⁵⁹ de que há 2,5 milhões de pessoas encarceradas em presídios nos EUA. Este país possui a maior população carcerária do mundo, 25% da população carcerária mundial, sendo que possui apenas 5% da população mundial. Segundo a autora, a maioria presa é composta de minorias étnicas (Davis, 2018, p.63 e 68). No livro *Mulheres, Cultura e Política*, Davis ressalta que uma constante política do governo Reagan foi tentar responsabilizar a população negra pela sua pobreza e todas as outras mazelas que a assolam. Davis ressalta que durante a administração deste governo foi assumido um discurso cada vez mais relacionado ao fato de que a família negra possuía um problema que não seria social, mas seu próprio problema, como o fato de grande parte das crianças serem criadas apenas por mães, sem pais presentes que pudessem prover a família. Ou seja, o problema não estaria em todos os fatores sociais aos quais as famílias negras estão expostas, como desemprego, baixa escolaridade e de qualidade ruim, baixas remunerações, etc. O problema estaria na própria estrutura da família negra (Davis, 2017, pp.72-74).

O governo Reagan assumiu este discurso como forma de poder cortar assistência social da qual as minorias étnicas eram majoritariamente beneficiárias. No livro *Mulheres, Cultura e Política*, a autora mostra como as causas de gravidez prematura e

⁵⁹

Dados que estão em um discurso de 2013.

desestruturação das famílias negras estão diretamente relacionadas às mais duras condições de vida que são impostas a estas famílias dentro do modo de produção capitalista. De acordo com a autora, em um artigo de 1986 sobre os EUA presente no livro *Mulheres, Cultura e Política*:

Análises atuais sobre a família negra apontam de modo contínuo que, entre 1960 e 1980, o percentual de mulheres negras solteiras com crianças subiu cerca de 21% para 47%. O que raramente é apontado, porém, é que durante o mesmo período histórico o percentual de homens negros empregados despencou de cerca de 75% para 55%. (...) Os índices oficiais de desemprego entre adolescentes negros projetam uma taxa de 50% de desocupação, mas a realidade é que menos de 20% realmente possuem empregos. O restante simplesmente não é considerado parte da força de trabalho (...). De acordo com o relatório anual do Fundo de Proteção à Infância, se quase metade das crianças negras é pobre (em comparação com uma em cada seis crianças brancas), isso se dá porque a renda mediana das famílias negras é inferior a 60% da renda das famílias brancas. Em 1983, metade de todas as famílias negras teve renda inferior a US\$ 14 mil. (Angela Davis e Fania Davis, 2017, p. 75).

Estes dados revelam como a população negra sofre de maneira ainda mais dura a exploração de classe do que a população branca. As análises de Davis, contudo, nunca tentam justificar o isolamento de lutas ou ressaltar que a população negra pode libertar-se sem a libertação de todas e todos aqueles que são oprimidos, ao contrário, a demonstração de que existem formas de opressão ainda mais duras dentro do modo de produção capitalista, que atinge seu ápice quando a pessoa é pobre, negra e trans, é um chamado para que todas e todos os oprimidos unam-se e constituam movimentos de lutas potentes contra os opressores.

Estas lutas materializaram-se nos movimentos abolicionistas em que mulheres brancas uniram-se a homens negros e mulheres negras em prol desta causa. Homens negros e mulheres negras deixaram de ser mão-de-obra nos estados do sul dos EUA para lutar pela sua libertação junto ao exército do norte que apoiava a abolição da escravidão. Tal apoio, que segundo Davis, constituiu mais de 200.000 pessoas, foi fundamental não apenas para a libertação da escravidão do povo negro, mas para a vitória

do exército do norte (Davis, 2018, p.72)⁶⁰. Estes são momentos que a autora ressalta serem momentos de lutas potentes.

Da mesma forma, resultados de reivindicações do movimento negro como a educação pública levada aos estados do sul dos Estados Unidos não beneficiaram apenas crianças negras, mas também crianças brancas e pobres (Davis, 2018, p. 73).

Tais lutas concretizaram-se, também, nas reivindicações pelos direitos civis nos EUA, em que as mulheres foram protagonistas. Lutas potentes em que oprimidas e oprimidos, de diversos locais e de diversas causas, unem-se, foram observadas, da mesma forma, no caso do assassinado de Michael Brown em Ferguson. Inúmeras manifestações foram feitas nos EUA, após o assassinato do garoto negro pela polícia. A polícia armada militarmente foi filmada tentando conter os manifestantes, inclusive, com bombas de gás. Palestinos e palestinas com experiência em movimentos sociais entraram em contato, através das redes sociais, com os manifestantes e as manifestantes, para informá-los sobre como resistir em caso de contato com o gás lacrimogêneo⁶¹.

Segundo Angela Davis, a conquista dos direitos civis teria significado o fim do *apartheid* do ponto de vista formal e legal, mas não do ponto de vista econômico, por exemplo. Em outras palavras, aqueles e aquelas que lutam contra o racismo precisam, também, lutar contra a opressão econômica ou de classe, porque uma forma de opressão alimenta a outra. A ascensão social e econômica de algumas pessoas negras, no modo de produção capitalista, nunca será garantia de ascensão de todas as pessoas negras, porque o capital na forma dinheiro é acumulado a partir da exploração, extração de mais-valor, extração de excedente de quem é assalariado que constitui a imensa maioria da população.

⁶⁰ Du Bois apud Davis (2018, p.72): “Como a Guerra Civil significou emancipação e como o trabalhador negro venceu a guerra com uma greve geral que transferiu seu trabalho de um proprietário de terras confederado para o invasor do norte, em cujas fileiras do Exército os trabalhadores começaram a ser organizados como uma nova força de trabalho”.

⁶¹ Davis, 2018, p.79

Da mesma forma, lucra-se com o sexismo, no modo de produção capitalista, seja através da mais baixa remuneração das mulheres em relação aos homens, seja através da tentativa de ligar o sexo feminino a serviços não remunerados como serviços domésticos e de cuidados com crianças, idosos ou outras pessoas da família. A captura do sexismo pelo modo de produção capitalista também se dá pela objetificação dos corpos das mulheres, com a indústria de cirurgias plásticas, por exemplo.

Em outros termos, ainda que o sexismo exista antes do modo de produção capitalista, ele não é, de forma alguma, algo que está fora deste sistema, ele é completamente apropriado por este modo de produção, constituindo um dos elementos geradores de lucro baseado na opressão. De acordo com a autora:

O feminismo envolve muito mais do que a igualdade de gênero. E envolve muito mais do que gênero. O feminismo deve envolver a consciência em relação ao capitalismo – quer dizer, o feminismo a que me associo. E há múltiplos feminismos, certo? Ele deve envolver uma consciência em relação ao capitalismo, ao racismo, ao colonialismo, às pós-colônias, às capacidades físicas, a mais gêneros do que jamais imaginamos, a mais sexualidades do que pensamos poder nomear. O feminismo não nos ajudou apenas a reconhecer uma série de conexões entre discursos, instituições, identidades e ideologias que tendemos a examinar separadamente. Ele também nos ajudou a desenvolver estratégias epistemológicas e de organização que nos levam além das categorias “mulher” e gênero. As metodologias feministas nos impõem a explorar conexões que nem sempre são aparentes. E nos impulsionam a explorar contradições e descobrir o que há de produtivo nelas. (Davis, 2018, p.99)

A partir desta citação é possível perceber que Angela Davis esforça-se para mostrar como o sexismo não é algo que paira no ar e fora da sociedade, mas é uma forma de opressão ligada a outras que precisam ser combatidas em conjunto, por intermédio do combate desta estrutura social que ao ser produzida e reproduzida, constantemente, recria os elementos que tornam o sistema sempre mais lucrativo como é a exploração de classe, o racismo e o sexismo.

A compreensão do feminismo, para a autora, constitui, então, uma definição mais ampla do que muitas acepções do termo, com múltiplas conexões. Se a opressão sobre a mulher

negra envolve erradicar a pobreza e, portanto, o capitalismo, porque este não pode ser reproduzido sem recriar as formas de opressão que são lucrativas para ele, então, ao pensarmos o feminismo negro e de outras minorias étnicas, precisamos modificar radicalmente o modo de produção, a fim de que opressões não sejam mais constitutivas da estrutura social, de modo que o lucro não seja a finalidade do processo, mas a emancipação de mulheres oprimidas e homens oprimidos. Segundo a autora:

Quando nós, enquanto mulheres afro-americanas, enquanto mulheres de minorias étnicas, continuamos a subir em direção ao empoderamento, erguemos conosco nossos irmãos de minorias étnicas, nossas irmãs e irmãos da classe trabalhadora branca e, efetivamente, todas as mulheres que sofrem os efeitos da opressão sexista. Nossa pauta de ativismo deve abranger uma série ampla de demandas. Devemos exigir empregos e a sindicalização das trabalhadoras não organizadas e, de fato, os sindicatos devem ser compelidos a abordar questões como ação afirmativa, equidade salarial, assédio sexual no trabalho e licença-maternidade remunerada. (Davis, 2017, p.23).

Esta é só mais uma passagem, de um de seus livros, em que a autora demonstra a ligação que as lutas devem assumir, incluindo a luta contra o sexismo, tendo em vista a conexão entre as opressões. É por isso que Davis (2017, p.17) ressalta que “precisamos nos esforçar para “erguer-nos enquanto subimos”. Em outras palavras, devemos subir de modo a garantir que todas as nossas irmãs (...), assim como todos os nossos irmãos, subam conosco”.

Tais lutas, como afirma a autora, são sempre coletivas, embora a aparência tenda a fragmentá-las e concentrá-las em apenas alguns indivíduos.

Angela Davis assume que as lutas de Nelson Mandela, Martin Luther King e as suas próprias lutas são expressões de lutas amplas, coletivas e que apenas nesta coletividade estes esforços ganham força. De acordo com Davis (2016, p. 19):

Mesmo que Nelson Mandela tenha sempre insistido que suas realizações foram coletivas, conquistadas também por homens e mulheres que o acompanhavam, a mídia tentou alçá-lo a herói. Um processo similar tentou dissociar Martin Luther King Jr. do imenso número de mulheres e homens que constituíram o verdadeiro cerne do movimento pela liberdade nos Estados Unidos em meados do

século XX. É fundamental resistir à representação da história como o trabalho de indivíduos heróicos, de maneira que as pessoas reconheçam hoje sua potencial agência como parte de uma comunidade de luta sempre em expansão.

Além da aparência de fragmentação das opressões, que na verdade estão todas conectadas, parece, no modo de produção capitalista, que tudo é fruto do esforço ou da luta do indivíduo, quando, na realidade, as lutas contra a opressão só ganham força quando muitos indivíduos aderem a elas. Assim, Mandela, Martin Luther King e Angela Davis são apenas expressões destas lutas maiores, segundo a autora.

Desta forma, é possível concluir, a partir do pensamento da autora, que a totalidade que aparece fragmentada, na verdade, encontra-se em relação, tanto no que concerne às opressões, quanto no que diz respeito ao lucro, como no caso da empresa G4S que lucra com a construção de presídios, de muros entre países, de prisões e, portanto, com estruturas socioeconômicas que alimentam o racismo, bem como com o *apartheid* palestino e o tratamento criminal dado aos imigrantes ilegais.

Ora, se o sistema de opressão está interligado, embora a aparência seja de fragmentação e não conexão entre as opressões, as lutas potentes formam-se quando estas conexões são estabelecidas do lado da resistência, como ocorreu com a luta pela abolição da escravidão nos EUA, em que mulheres brancas aliaram-se a mulheres negras e homens negros. O mesmo ocorreu na luta pelos direitos civis norte-americanos nas décadas de 50 e 60, no caso do assassinato de Michael Brown em Ferguson, quando ativistas palestinas e palestinos solidarizaram-se, ou mesmo em pequenos atos de resistência quando estudantes da Universidade Atlântica da Flórida rebelaram-se e disseram que seu estádio de futebol não receberia o nome de corporações de prisões privadas⁶².

Isto significa que o movimento pelo abolicionismo prisional, as lutas contra o racismo, o sexismo, contra a opressão a minorias étnicas como as indígenas, a batalha pela transformação radical do modo de produção, de forma a não mais gerar

⁶² Davis, 2018, p.102.

as condições materiais e subjetivas que retroalimentam estas opressões, compõem uma luta interligada que, frequentemente, se expressa concretamente, conforme citado anteriormente.

De acordo com a autora, todas e todos aqueles que são oprimidos devem unir-se, sonhar, imaginar e agir em prol da construção de uma estrutura social que elimine qualquer vestígio de opressão, por isto a autora nunca abandonou a ideia de uma transformação radical da sociedade, com a luta pelo fim de todas as opressões que envolve a derrubada do modo de produção capitalista e a construção do comunismo. Neste sentido, a autora ressalta que: “Não podemos agir com moderação. Teremos de ter disposição para nos erguer e dizer “não” unindo nossas almas, articulando nossas mentes coletivas e nossos corpos, que são muitos” (Davis, 2018, p.131).

A partir de tudo que foi expresso neste texto deixamos algumas perguntas em aberto: de que lado você está? Dos opressores ou dos oprimidos? Caso considere-se oprimida ou oprimido, por que então não tentar compreender as opressões que se produzem e reproduzem no modo de produção capitalista e lutar contra elas de forma unida?

Se pudéssemos reler o *Manifesto Comunista* de Karl Marx à luz de Angela Davis poderíamos cunhar o mote “oprimidos e oprimidas uni-vos”, no lugar de “proletários uni-vos”.

Referências:

ARRUZZA C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo *Revista Outubro*, n. 23, pp.33-58, 1º semestre de 2015.

COLLINS P H. *Intersectionality as critical social theory*. Durham: Duke University Press, 2019.

DAVIS, A. *A Liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo editorial, 2018.

_____. *Uma Autobiografia*. São Paulo: Boitempo editorial, 2019.

_____. *A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura*. Rio de Janeiro: Editora Bertand Brasil, 2019.

_____. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo editorial, 2017.

_____. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

_____. *Women, race & class*. New York: Vintage Books, 1983.

DIAS M. C. L. C. A recepção da dialética para Marx. *Revista eletrônica de estudos hegelianos*. v. 16, n.27, pp.100-118, 2019.

JOY J. *The Angela Y. Davis reader*. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1998

_____. Resting in Gardens, Battling in Deserts: Black Women's Activism. *The Black Scholar*. Vol. 29, n 4, pp.2-7, 1999.

<https://leanin.org/data-about-the-gender-pay-gap-for-black-women#endnote1>

MARX, K. *O capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. *Manifest der kommunistischen partei*. MEW: B22: 3A:S.482.

MENDIETA E. Scholar's Symposium: The Work of Angela Y. Davis. The Prison Contract and Surplus Punishment: On Angela Y. Davis's Abolitionism. *Hum Stud, Springer*. New York: 30, pp.291-309, October, 2007.

RIBEIRO D. Black feminism for a new civilizatory framework: a Brazilian perspective. *Sur - International Journal on Human Rights*. v.13, n.24, pp. 99 – 103, 2016.

SHAW R. F. Unorthodox Criminologists: A special issue – Part II Angela Y. Davis and the prison abolition movement, Part II. *Contemporary Justice Review*, vol. 12, n. 1, pp. 101-104, March, 2009.